

RESENHA

MAIA, Mônica Bara (org.) **DIREITO DE DECIDIR: MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE O ABORTO**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

O PENSAR O ABORTO A PARTIR DOS SEUS MÚLTIPLOS OLHARES

Luiz Augusto Mugnai Vieira Jr¹

JR VIEIRA, L. A. M. O pensar o aborto a partir dos seus múltiplos olhares. **Akrópolis** Umuarama, v. 19, n. 1, p. 71-73, jan./mar. 2011.

Decidir ou não em abortar? Essa é uma questão ainda não possível de ser feita aberta ou livremente em solo brasileiro, pois tal prática é ilegal e criminalizada. O livro *Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto*, organizado por Mônica Bara Maia, reúne artigos que fazem reflexões, bem pertinentes nos dias atuais, sobre tal questão. Os autores guiados pelo próprio título da obra lançam uma possível luz à discussão sobre a prática do aborto sobre uma gama complexa de fatores que envolvem tal prática, além de indicarem a urgência de um debate o qual sobre o assunto. O livro é estruturado a partir de sete artigos escritos por profissionais das mais diversas áreas do conhecimento como história, psicologia, ciências sociais, ciências biológicas, medicina e direito, o que proporciona um olhar múltiplo sobre o aborto. É interessante ressaltar a apresentação desenvolvida por Nilcéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que indica que uma leitura atenta do livro poderá levar o leitor a mais dúvidas que certezas. Entretanto, haverá ao menos uma certeza após a leitura: a de que o aborto encontra-se cada vez mais em pauta na sociedade brasileira e que cabe, em especial as mulheres, a decisão do que deve ser feito futuramente sobre ele.

O artigo “A polissemia do conceito da vida” de Francisco Ângelo Coutinho, Mônica Bara Maia e Fabio Augusto Rodrigues Silva, apresenta-se como um ponto de partida para a discussão sobre o aborto, pois neste os autores através da discussão sobre o conceito vida colocam em cheque o que esta seria. O que pode ser considerado vivo ou não vivo? A análise dos autores caminha de discussão sobre o surgimento da biologia como a “ciência dedicada ao estudo dos seres vivos”, até um questionamento ontológico daquilo que é vida. Ao longo do ensaio são expostas as divergências conceituais em relação ao questionamento do que é vida, sendo que para a própria Biologia não há um único e definitivo conceito de vida ou ser vivo.

Dados bastante interessantes, como os fornecidos pela Organização Mundial de Saúde de 2003 sobre a realização de abortos no mundo são informados e refletidos no artigo “Saúde da mulher e aborto”, de autoria de Ricardo Cabral Santiago para

¹Antropólogo, professor da Universidade Paranaense - UNIPAR e mestrando da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Contato: gutomugnai@unipar.br

refletir a questão do aborto como um problema de saúde da mulher. O texto fundamenta-se em dados que indicam, por exemplo, que morrem aproximadamente 68.000 mulheres por ano no mundo em decorrência do aborto inseguro ou que o aborto inseguro gera um custo dez vezes maior que o investimento anual em saúde de um cidadão em um país. O autor coloca em cheque se é válido ou não a criminalização da tal prática dentro de um olhar de política pública de saúde.

Em “Aborto e saúde mental”, as autoras Wilza Villela, Eleonora Menicucci de Oliveira e Rosalina Carvalho da Silva afirmam que a saúde mental é constituída por elementos tanto do campo de práticas da saúde pública quanto da experiência vivida emocional e socialmente. Assim, as autoras tomam as experiências de mulheres que praticaram o aborto como objeto, e nos colocam que são nos símbolos sociais na tentativa de explicar uma experiência humana como o aborto que iremos notar que a configuração construída socialmente da identidade da mulher muitas vezes é contraditória, pois ao mesmo tempo em que ela cuida e se responsabiliza pelo filho, ela não pode responsabilizar-se por si mesma. Uma identidade e representação feminina fundamentada na Biologia, que vê como uma capacidade “natural” feminina o cuidar, o abrigar, o desenvolvimento do embrião e o futuro dele, entretanto, se contradizem ao mostrar a mulher incapaz de responder sozinha havendo assim uma necessidade tutelar masculina. As autoras revelam que “o segredo dessa contradição repousa na ideia de natural”, qual enxerga o cuidar como uma “dádiva da natureza” que deve ser cumprida como “uma dívida da natureza”. Para as autoras o aborto provocado é um fato social e este está relacionado com questões morais, religiosas, culturais e sanitárias e que essas ambiguidades trazem resultados conflituosos e prejudiciais para a saúde mental da mulher.

É de autoria de Roberto Domingues o texto “Entre normas e fatos, o direito de decidir: o debate sobre o aborto à luz dos princípios constitucionais”. Considerando tais princípios e as garantias constitucionais analisados por Domingues, percebe-se que aborto mesmo sendo considerado um crime, muitas vezes não há o cumprimento da lei que o criminaliza. Isso é observado pelo autor em dados obtidos em penitenciárias femininas de Belo Horizonte em 2006, nas quais não há nenhuma interna que praticou o crime em relação ao aborto ilegal, apesar de

haver segundo a Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais nas unidades de saúde do Estado o registro de mais de vinte mil curetagens pós-aborto só no ano de 2006. Isso faz com que exista uma necessidade de reflexão em relação ao aborto ser considerado um crime ou não. De acordo com o autor seria “o momento de mudança e ruptura com paradigmas ultrapassados” em relação à necessidade de manutenção da proibição do aborto, pois sendo o Direito dinâmico e em constante transformação tem a finalidade de acompanhar as mudanças existentes no seio da sociedade (2008, p. 68). Observa que a forma diferente existente entre o gênero feminino e masculino na sociedade estaria também “na conservação do aborto como crime”, no qual “cumpre a função de preservar a desigualdade existente entre homens e mulheres, reservando a estas o lugar que a natureza lhes indicou no início dos tempos” (2008, p.99). Junto a esse cenário estão os fundamentos religiosos, e uma luta contra o aborto adentrará em questões de laicidade. O autor coloca em dúvida quando a religião se posiciona frente à questão do aborto, se a sociedade na qual vivemos é plural e caracterizada pela sua diversidade cultural, religiosa, social e política, além de ser democrática e de respeitar os direitos humanos como a liberdade de escolha e subjetividade de cada indivíduo quando a religião se posiciona.

No artigo “Pluralidade de vozes em democracias laicas: o desafio da alteridade”, as autoras Alcilene Cavalcante e Samantha Buglione, apresentam uma discussão de muitas questões refletidas no artigo anterior e seguem nos fazendo refletir novamente sobre tudo o que envolve o aborto. Com o exercício de alteridade como princípio, as autoras partem de que os entraves existentes para uma implementação de direitos reprodutivos no Brasil nos leve a perceber toda uma fragilidade do sistema democrático, pluralista, equidade de gênero brasileiro e até mesmo de um estado laico. As autoras veem que o ideal democrático que se fundamenta na dignidade e liberdade dos sujeitos em espaços públicos se mostra coagido pela religião católica. Pois, mesmo essa sendo a religião da maioria dos brasileiros, isto não lhe dá o direito de impor seus valores religiosos a todos, ferindo a liberdade de crença de uma sociedade democrática. As autoras brilhantemente concluem indicando que o segredo para um possível sucesso democrático em sociedades laicas e constitucionais estaria na

nossa capacidade de acolher a diferença e que isso em nada difere da máxima cristã de “amar o próximo como a si mesmo” (2008, p.136). Porém, tal máxima não se concretiza em relação ao entendimento ou apenas compreensão, sem pré-julgamentos e punições, de uma mulher que fez ou precisa de um aborto.

No artigo “Feminismo e a luta pelo aborto ou por que a autonomia das mulheres incomoda tanto?”, as suas autoras Cláudia Mayorga e Manuela de Sousa Magalhães percebem que o debate do aborto não é algo ingênuo e neutro e que nele se localizam pressupostos e interesses que estão a todo o momento em jogo. O que as autoras possuem como principal objetivo de sua reflexão é a identificação do “*pânico moral*” que a discussão acerca do aborto gera. Assim, as autoras a partir da ideia de autonomia negada as mulheres ao longo do tempo, demonstram todo contexto que proporcionou essa negação para o gênero feminino. Desta forma, a mulher subalterna a um sistema paternalista tem uma capacidade (como foi já discutida em outros artigos que compõem este livro) de viver para os outros, dessa maneira aprisionam o corpo e os desejos de responder por si mesma, pois acabam sendo negadas a ela como um sujeito capaz de responder por si mesma, como decidir-se sobre a prorrogação ou não de uma gravidez. Portanto, Mayorga e Magalhães vêem que são nas articulações políticas de âmbito nacional e de organização feminista que o debate sobre o aborto no seu direito de decidir tenha uma perspectiva neutra e que essa autonomia não seja tão ameaçadora.

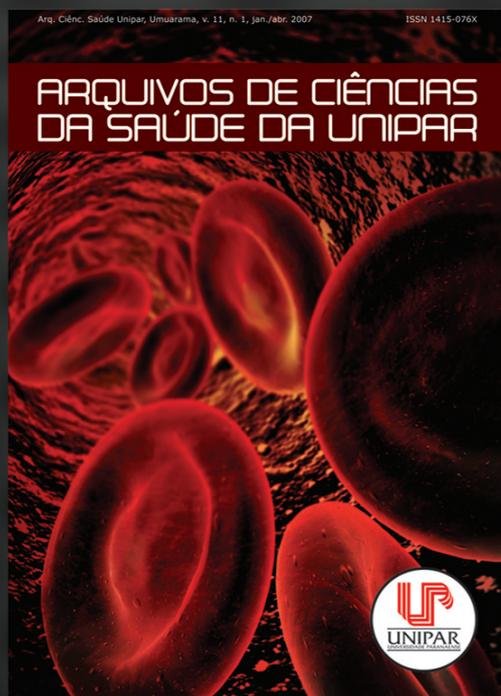
O último artigo “Serviços de atendimento ao aborto legal”, de Francisco José Machado Viana nos traz algumas experiências vividas por mulheres que praticaram o aborto. Nos três casos analisados pelo autor são retomadas algumas questões tratadas ao longo do livro, como a condenação moral da mulher, o julgamento permeado de valores religiosos, originando assim um despreparo do profissional da saúde diante de uma situação delicada e difícil no qual a paciente se encontra. O autor durante o texto vai evidenciando o tipo de comportamento adequado que o profissional e a equipe de saúde devem ter em relação à mulher que se encontra com o problema de uma gravidez indesejada sendo essa muitas vezes oriunda ou não de uma violência sexual. São desde a importância dos treinamentos sistemáticos de todas as pro-

fissões da saúde para um melhor atendimento e aproximação maior da mulher que fez o aborto ou sofreu uma violência sexual até o reconhecimento da existência de preconceitos e tabus que acerca a violência de gênero e sexual e o despreparo desses profissionais.

Os artigos que constituem o livro “Direito de decidir: múltiplos olhares sobre o aborto” nos brindam com o pensar o aborto de forma multifacetada, porém reflete um posicionamento claro e integral em prol à legalização do aborto distanciando-se de certa forma de uma neutralidade sobre o assunto. Assim, analisando todos os artigos que compõem o livro pode-se concluir que a obra nos traz uma importante análise reflexiva devido o olhar multidisciplinar sobre o fenômeno aborto, além de uma abundância de dados interessantes sobre o tema. São diversas indagações geradas pela obra como: quando inicia a vida? O que pode ser considerado ser vivo? Por que investir um valor mais alto na saúde de mulheres advindas de abortos ilegais e clandestinos se a sua legalidade seria menos custosa financeira para a saúde pública? Em nome de um determinismo biológico as mulheres devem ser privadas de decisões como abortar ou não? Realmente vivemos em um Estado totalmente laico, plural que respeita a diversidade? Por que é difícil a prática de alteridade em relação ao abortamento e de delegar a autonomia às mulheres? Os profissionais da saúde estão realmente preparados em relação ao fenômeno aborto? Podemos agora entender as palavras da ministra Nilcéa Freire ao indicar que essa obra iria nos trazer mais indagações sobre o aborto que repostas, porém essa é a real intenção dela, fazer-nos pensar o aborto.

ARQUIVOS DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIPAR

ISSN 1415-076X



- **Publica trabalhos inéditos nas áreas das Ciências Biomédicas e da Saúde.**
- **Periodicidade: Quadrimestral**
- **e-mail: arqsaude@unipar.br
<http://revistas.unipar.br/saude>**

O CONHECIMENTO NÃO É NADA SE NÃO FOR COMPARTILHADO

